

Jardim e Cunha e Silva são arguidos do 'Cuba Livre'

PRESIDENTE DA COMARCA, PAULO BARRETO, DIZ QUE TRIBUNAL AINDA NÃO SE PRONUNCIOU

SANDRA CARDOSO, em Lisboa
scardoso@dnoticias.pt

A intenção é de Dezembro de 2014 e fez manchete do DIÁRIO. O PND, que não deixou morrer o processo 'Cuba Livre' depois deste ser arquivado pelo Ministério Público, queria que o antigo Presidente do Governo Regional e o seu vice fossem constituídos arguidos neste processo de ocultação de dívida. E foi isso que aconteceu. Alberto João Jardim e Cunha e Silva foram constituídos arguidos e estão com Termo de Identidade e Residência.

Depois de o processo ter estado em Lisboa, nas mãos do super-juiz Carlos Alexandre, que negou a sua vinda três vezes para a Região (a pedido do ex-secretário regional Santos Costa) e de ter acabado por fim na Comarca da Madeira, a juíza Susana Mão de Ferro, da Secção de Instrução da Instância Central do Funchal, tomou esta decisão, que surpreendeu os dois antigos governantes em questão.

Cunha e Silva desconhecia mesmo, aquando da divulgação pela revista Sábado, o documento que o notificava para ser ouvido neste processo, a 20 de Abril.

As explicações surgiram ao fim do dia, pela voz do presidente da comarca da Madeira, que confirmou, mas deixou claro que tal não decorre de qualquer avalia-



Alberto João Jardim e Cunha e Silva vão a Tribunal explicar dívida oculta a dia 20 de Abril.

ção do tribunal. "No âmbito do inquérito do Ministério Público, Alberto João Jardim e o João Cunha e Silva [vice-presidente do executivo] nunca foram arguidos", reiterou Paulo Barreto. Esse inquérito, acrescentou, "foi arquivado", mas os requerentes de instrução (os dirigentes do extinto PND Baltasar Aguiar, Gil Ca-

nha e o presidente da Câmara de Santa Cruz, Filipe Sousa) "pediram a abertura de instrução e nesta fase apresentaram como suspeitos não apenas as pessoas que já constavam do processo, mas mais estas duas". E prosseguiu: "Serem agora arguidos não significa que já haja uma avaliação do tribunal". A revista Sábado

noticiou porém que estão em causa suspeitas de dois crimes de prevaricação com dolo e na forma consumada, um de violação das normas de execução orçamental e outro de abuso de poder.

www.dnoticias.pt
COMO VÊ OS NOVOS
DESENVOLVIMENTOS
DO CASO CUBA LIVRE?

Vingança política

O ex-presidente do Governo Regional vê na inclusão do seu nome na lista de arguidos uma vingança política. Em declarações ontem à RTP-M, Alberto João Jardim disse que o caso estava arquivado pelo Ministério Público. E atribuiu a reabertura do mesmo a uma iniciativa do que classificou como "movimento chavista Juntos Pelo Povo". E comentou que não sabe com que dinheiro nem com que legitimidade actua esse movimento neste processo.

Jardim mostrou desagrado também pelo facto de não ter sido ain-



da notificado. "Como é que estas coisas são sabidas primeiro pelos jornais", questionou o antigo presidente. E concluiu que há neste processo "qualquer coisa de política" e uma tentativa de "instrumentalizar a justiça para fazer vinganças políticas". Este processo teve por base um inquérito mandado instaurar a 28 de Setembro de 2011, pelo então procurador-geral Fernando Pinto Monteiro, e envolveu buscas e a apreensão de material e de documentação no edifício da agora extinta Secretaria Regional do Equipamento Social

da Madeira, além da audição de 40 testemunhas e da constituição de uma equipa técnica. Em investigação estiveram as alegadas irregularidades na elaboração e execução dos orçamentos da Madeira e a problemas com o reporte dos encargos assumidos e não pagos, tendo o valor da dívida oculta sido estimada em 1.100 milhões de euros. A dívida pública da Madeira ascendia a 6,3 mil milhões de euros, uma situação que resultou num programa de ajustamento económico e financeiro celebrado entre os governos regional e central.

REACÇÃO

servinasa
Limpezas e Serviços, lda
Limpezas
Jardinagem
Pest Control
Tel.: 291 755 350 Fax: 291 755 241
Tlm: 910 501 619
Caminho Velho da Chamorra, 15
9020-128 Funchal